



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MARANHÃO  
GABINETE DO 11º OFÍCIO**

**PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL  
Nº7/2019 - 11º OFÍCIO -PR/MA  
(1.19.000.002186/2018-41)**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

- a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;
- b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93;
- c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;
- d) considerando o disposto na Resolução n.º 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) considerando os elementos constantes do Notícia de Fato n.º 1.19.000.002186/2018-41 e a necessidade de prosseguir com a apuração;

Resolve, em observância aos termos do artigo 4º, §§1º e 4º da resolução n.º 87/2006, alterada pela redação da resolução 106/2010, ambas do conselho superior do ministério público federal, e dos artigos 2º, §§ 4º, 6º e 7º da resolução n.º 23/2007 do conselho nacional do ministério público, e para promover ampla apuração dos fatos noticiados, converter o presente procedimento em Inquérito Civil a fim de *apurar irregularidades apontadas por ex-alunos concluíram o curso de psicologia na modalidade presencial nos polos da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde em Pedreiras/MA e Santa Inês/MA, com colação de grau, sendo o diploma expedido pela própria SESPA e validado pela UVA, os quais informaram que, ao solicitar inscrição no Conselho Regional de Psicologia do Maranhão (CRP/MA), houve indeferimento dos pedidos sob fundamento que o Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde funciona em situação irregular (processo de extinção), não possuindo a SESPA autorização para ofertar curso fora da sua sede, localizada em Patos de Minas/MG.*

Ademais, os representantes apontam a existência de convênio entre o Instituto de Curso Livres Adonai - ICLA e a SESPA.

Anexos à representação, cópias de documentos, diplomas, históricos escolares, declarações de conclusão de curso, ofícios e certidões de indeferimento de inscrição no CRP/MA e contratos com a SESPА realizados pelos alunos (fls. 17/284).

Autue-se a presente portaria e os documentos que a acompanham como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à PFDC, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e do inciso I do §1º do artigo 16 da Resolução n.º 87/2006, alterada pela redação da Resolução 106/2010, do Colendo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Por oportuno, como diligências complementares, determino:

a) seja expedido ofício à **Secretaria Executiva do Ministério da Educação**, com cópias deste despacho das fls. 7/16; 395/396; e 398/403, solicitando informações sobre os fatos narrados na representação em anexo, especialmente se a Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - SESPА possui autorização para ofertar curso de psicologia na modalidade presencial no Estado do Maranhão; se a FAENTEPRE (CNPJ 09.098.118/0001-78) possui autorização para ofertar curso de Psicologia no estado do Maranhão; e informações sobre a regularidade do convênio entre a SESPА com o Instituto de Cursos Livres Adonai - ICLA para oferta de cursos daquela no Maranhão, assim como sobre a regularidade da validação de diplomas da SESPА pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA;

b) seja expedido ofício à **FAENTEPRE** (CNPJ 09.098.118/0001-78), com cópias deste despacho das fls. 7/16; 395/396; e 398/403, solicitando manifestação sobre os fatos narrados, sobretudo se a instituição possui autorização para ofertar cursos superiores no Estado do Maranhão;

c) que a secretaria do 11º Ofício estabeleça contato telefônico com a Secretaria Executiva do Ministério da Educação, a fim de obter informações sobre os ofícios expedidos ao Ministério da Saúde durante o apuratório em epígrafe, mormente se estes foram recebidos e, caso positivo, se há resposta em processo de elaboração.

Determino sejam encaminhadas com o ofício, cópias desta portaria de instauração, nos termos do § 9º do artigo 6º da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

São Luís/MA, 28 de fevereiro de 2019.

(assinado digitalmente)  
**MARCELO SANTOS CORREA**  
Procurador da República